

Os usos sociais da malha urbana: memória, patrimônio e transgressão

Raquel M^a O. M. de Melo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/FEBF
Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas
Duque de Caxias/RJ – raq_medeiros@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo procura tecer alguns comentários sobre a questão do surgimento do sujeito pós-moderno e sua atuação no tratamento do espaço urbano, principalmente sobre a relação desse tratamento como constituição de memória de grupos culturais diferentes. Nesse sentido, procura-se fazer um traçado histórico com base em autores que tratam da temática do uso de monumentos pela sociedade, fazer algumas considerações quanto à utilização da malha urbana por grupos distintos na atualidade e da relação entre os diversos agrupamentos humanos e o Estado enquanto instituição de referência nas práticas de tombamento de bens de natureza material, procurando tratar a temática numa perspectiva antropológica. Por fim, procura ressaltar a importância da formação do profissional que atua sobre esses espaços para que se possa encarar não só o patrimônio como toda a malha urbana em diversas dimensões: funcional, arquitetônica, social e outras.

Palavras-chave: Sujeito pós-moderno; Espaço urbano; Patrimônio cultural material; Bens patrimoniais .

1. A memória como construção coletiva

No que diz respeito à memória, o homem sempre foi guiado pelo pensamento de que algo existiu antes dele e que ele deveria perpetuar para além de seu tempo, tanto é que a linguagem constituiu-se, durante muito tempo, do caminho fundamental para se guardar a memória. Le Goff deixa claro que a memória é um dos elementos fundamentais da constituição das relações humanas. Constitui um objeto de estudos e está presente na vida de qualquer ser humano, seja pela sua valorização ou pela falta dela, em alguns casos.

Como construção coletiva, a memória, na modernidade, começou a se constituir num campo de estudos, sobretudo porque passou a se relacionar com a construção de hábitos e significados. Geertz já afirmava que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele próprio teceu”¹ Essas teias de significados seriam as subjetividades dos sujeitos que dão origem ao que hoje chamamos de cultura, em que ocorreu trocas dessas subjetividades (significados), gerando o que reconhecemos como memória social.

A Memória Social configura-se como um campo de estudos sobre memória diferente daquele abordado no sentido ordinário, de retenção e armazenamento de um dado coletivo. Jô Gondar, no livro “O que é memória social”, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da

¹ DODEBEI, Vera. *Memória, circunstância e movimento*. In: *O que é memória social?* RJ: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, pp 43 – 54.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, estipula quatro pilares para o tratamento dessa vertente.

O primeiro deles é que “o conceito de memória é transdisciplinar”, ou seja muito mais do que polissêmico ou multidisciplinar, a memória social configura-se num novo problema e não numa fusão de idéias antes existentes. Por ser um campo que lida com significações variadas, exige novas formas de pensar, novos modos de abordagem. Mas, o mais importante dessa proposição é que a memória social é diretamente ligada ao conjunto de símbolos que permeia a prática de todos os grupos humanos.

A segunda vertente abordada pela autora é que “o conceito de memória social é ético e político”. Isso quer dizer que a memória social não é uma idéia passível de abstração, mas a expressão de um mundo que não necessariamente é o nosso – expressa a possibilidade de um outro mundo. Memorizar não é interpretar o passado, mas é, sobretudo, uma escolha, uma vontade “a partir da qual nós a conservamos, escolhemos e interrogamos.”²

Em outro momento, a pesquisadora cita que a “memória é uma construção processual”. É nessa proposição que podemos perceber que a memória é uma construção que se dá a partir de relações sociais, ou seja, não leva a uma verdade absoluta, não traduz uma versão que deve ser sobreposta a todas as outras porque se constitui verdadeira. Assim, percebemos que o processo de constituição de memória é conflituoso, se dá no interior de lutas de sentido – simbólicas – constitui-se de movimento constante de escolha entre o que pode ser abordado ou não.

A última caracterização que Gondar dá ao conceito de memória é que “a memória não se reduz à representação”. Indo ao encontro da proposição anterior, indica que a representação acaba por estatizar o que é um processo em constante metamorfose, já que se dá num campo de lutas simbólicas, como dito anteriormente. Ao se deparar com essa característica da memória, pode-se pensar: quais as escolhas que são feitas ao se representar um determinado acontecimento? Que vontades foram atendidas por determinadas representações? A autora nos dá uma pista:

Lida nessa chave, uma representação coletiva ou social é algo mais que uma idéia genérica e instituída que se impõe a nós: todas as representações são inventadas e somos nós quem a inventamos, valendo-se de uma novidade que nos afeta e de nossa aposta em caminhos possíveis. Essa invenção se propaga, se repete, transforma-se em hábito. E, a partir desses hábitos, os homens se tornam semelhantes, insituindo – finalmente – um *glutinum mundi*. É preciso, contudo, não esquecer que esses hábitos e essa semelhança têm como ponto de partida uma invenção singular, propiciada por um contexto relacional e afetivo. Hábitos são criações que se propagam e, ainda que se tornem constantemente repetidos, iniciam-se com uma experiência marcada pela novidade e pelo inesperado. (2005, pg 25-26)

Em nosso assunto, a citação acima ilustra como a constituição de memória é dinâmica, no sentido filosófico de Lavoisier de que “nada se cria, tudo se transforma”. Os hábitos que dão origem à necessidade de constituição de uma história que, por sua vez, depende de uma memória coletiva, são dinâmicos, se movimentam no interior de lutas simbólicas que toda coletividade tem. Portanto, constitui de uma construção coletiva, em relações sociais que não somente se utilizam de comunicação, mas de força, como Bourdieu já citava a “violência simbólica”.

² GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: *O que é memória social?* RJ: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, pp 11 – 26.

2. A memória e os usos da malha urbana

Podemos começar a pensar a relação entre memória e o uso da malha urbana a partir dos estudos de Françoise Choay em seu livro “A alegoria do patrimônio”, principalmente no recorte histórico que a autora faz em relação à “consagração do monumento histórico”, período que identifica como sendo de 1820 a 1960, no quarto capítulo da obra.

A autora lida com o traçado histórico de três categorias: monumento, monumento histórico e patrimônio urbano. Ao longo do tempo, a nova organização das cidades deu início a um processo gradativo de inovação das relações simbólicas não só com esses bens, mas também com a paisagem urbana, com uma sucessão de monumentos novos surgindo para dar lugar aos antigos. Ou seja, houve, com o aumento de público, a “tripla extensão” dos bens patrimoniais: tipológica, cronológica e geográfica.

Choay deixa claro que monumento é tudo aquilo que faz uma comunidade de indivíduos lembrarem alguma coisa: sacrifícios, ritos, crenças, acontecimentos importantes daquele grupo social, enfim, atua sobre a memória, dá a sensação de garantir origens num novo mundo de incertezas e dá a contribuição para preservar uma identidade social. Monumento não é só expressão estética: é também afirmação de desígnios públicos e memórias individuais.

Porém, com o advento de outros estudos acerca do patrimônio, a função de memória coletiva foi sendo extinta, ao mesmo tempo em que surgem novas tecnologias de preservação e difusão de memória; a “intelectualização” do campo patrimonial, com o surgimento da disciplina História e a própria fruição estética.

O monumento histórico passa a conter um valor cognitivo, pelos estudos das antigüidades e historiografias; pela produção de saberes, por meio de sua função simbólica; pela arquitetura, enquanto construção presente na paisagem, e pela legislação, enquanto procedimentos de preservação, como o tombamento.

Essa visão romântica de espaço urbano histórico foi sendo construída porque só se viam as cidades por meio de seus monumentos históricos. Tomou-se, então, o pensamento coletivo, mais ou menos inconsciente, de que a cidade era o monumento. Até o século XIX, as produções eruditas relacionadas à descrição das cidades eram vistas sob esse aspecto. A cidade era vista, então, como referente a uma comunidade, a uma história quase que pessoal, a um movimento coletivo-afetivo que a identificava como genealogia. Encontra-se neste período, inclusive, uma certa dificuldade em encontrar cadastros e documentos cartográficos confiáveis.

A noção de patrimônio urbano surge, em decorrência da modernidade, com Haussmann, que, em sua época, e em nome da higiene, do trânsito e da estética, foi um dos que mais contribuíram para a modernização de Paris. Ele e alguns de seus contemporâneos, como Gautier, concordavam que era necessário desobstruir a cidade, livrando-se dos quarteirões históricos que eram um obstáculo à saúde pública, ao trânsito, e alguns importantes monumentos do passado. Contudo, apesar de valorizar a história nacional, via que era preciso modificar grande parte da estrutura urbana: a cidade *em si* não era um objeto patrimonial. Nela poderia haver elementos da memória coletiva, monumentos históricos, mas ela não poderia ser o objeto histórico em si.

A mentalidade da época, sobretudo os românticos, viu o processo como traumatizante, pela perda do encantamento com as cidades antigas; porém, reconheciam que as cidades não poderiam ser consideradas com o mesmo rigor dos patrimônios históricos. Havia uma

diferença entre uma cidade e o monumento histórico.

Com a era industrial, a "perturbação traumática do meio tradicional" faz com que haja a conversão da cidade em objeto de conhecimento histórico, impulsionando os "estudos urbanos": "a noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante". Torna-se, assim, a cidade um foco espaço-temporal, configurando as trocas simbólicas como processos realmente coletivos, aos poucos se esvaindo do caráter puramente pessoal das produções anteriores. Passa-se a traçar o "mapa" das cidades com base em múltiplos aspectos e não só a partir dos monumentos produzidos. Inicia-se um processo de encarar a cidade como espelho e produto das relações humanas.

O monumento histórico passa, então, a uma unidade de soberania que exige coerência, estabilidade – a restauração passa a ser autônoma. A Revolução Industrial traz sua contribuição, trazendo para o conceito de patrimônio histórico uma dimensão universal, estabelecendo leis, inclusive. A era industrial traz consigo uma tensão geral marcada pelo medo de degradação do meio ambiente, incluindo aí os monumentos – reflexos da unidade nacional – e da delimitação do espaço temporal – base da construção de toda memória coletiva.

No início do século XX o monumento passa a ser visto como construção simbólica coletiva, sem que, *a priori*, tenha sido produzido com um sentido de memória. Tem sua interpretação como testemunho da história de um grupo, mas não necessariamente teve em sua origem unicamente a preservação de memória. Em compensação, o monumento histórico passa a exigir uma conservação incondicional.

Um ponto importante abordado é a falta de qualidade estética das cidades decorrente da visão de Haussmann e companheiros. É assim que vai se constituir a visão da cidade antiga como objeto frágil, uma preciosidade a ser preservada, mesmo que se reconheça o caráter de necessidade das modificações sofridas. Surge a figura museal como forma de manter esse patrimônio com qualidade sem quebrar o ritmo acelerado das cidades pós-modernas: "tornando-se histórica, ela perde sua historicidade". Assim como no museu as obras são colocadas a uma certa distância para preservação, o patrimônio urbano deve ser preservado: a cidade deve manter seu ritmo; o patrimônio deve ser estático.

A cidade é comunicação. E assim Choay a coloca: todo patrimônio urbano se insere num espaço sócio-temporal. Deve levar em conta as relações humanas, seus processos e seus conflitos. Simbolizar a relação com o presente e, mais ainda, com o humano. De nada adianta separar um edifício do seu contexto. A quem servirá esse tipo de prática? De que serve um monumento histórico ou um patrimônio urbano sem ter contato com aqueles que ajudaram a construir seus significados? Um monumento sem gente é apenas um prédio vazio.

No contexto pós-moderno, David Harvey apresenta algumas mudanças na organização dos espaços urbanos, enquanto Françoise Choay pontua não só as transformações ocorridas no campo do patrimônio cultural como um todo, mas também no patrimônio urbano, durante a era industrial.

Choay inicia sua análise partindo da premissa de que as modificações que se deram no campo do patrimônio urbano ocorreram a partir da era industrial, sendo esse movimento utilizado como divisor de águas entre a abordagem que se dava aos monumentos anteriormente e como esses monumentos passaram a ser vistos depois:

Em face dos edifícios e dos objetos que o uso cotidiano transformou em meio ambiente, familiar, presente desde sempre, as antigüidades funcionam como um

espelho. Espelho que cria efeito de distância, de afastamento, propiciando um intervalo onde se haverá de instalar o tempo referencial da história (p. 205).

Harvey disserta sobre o tecido urbano a partir da ruptura do pós-modernismo com os valores antecedentes. O autor traça uma linha histórica a partir do Iluminismo e foca na fragmentação do espaço como transfiguração das identidades, também fragmentadas. O espaço urbano torna-se, assim, "uma colagem de usos correntes".

Ambos os autores perceberam o movimento de valorização que a era pós-moderna trouxe em relação ao patrimônio urbano, principalmente as novas vertentes trazidas pelo caráter de entretenimento da indústria cultural. Enquanto Choay cita a conservação e a restauração como fatores que passaram a existir com essa valorização, Harvey vê a organização espacial como "empreendedorismo urbano" - um movimento cíclico, em que mais capital e mais pessoas devem ser atraídas para determinado espaço para que se gere mais capital e se atraia mais pessoas. Essa movimentação possibilita novos usos para antigos espaços, a restauração como resgate dos "valores urbanos clássicos tradicionais", numa "reabilitação para novos usos".

Françoise se debruça sobre a comparação entre os monumentos históricos e os monumentos pós-modernos. A autora coloca o monumento em sua "expansão tipológica": o uso pós-moderno - nem memória nem tradição do espaço - mas a sua forma puramente utilitária, seja para comércio, seja para moradia. Assim, pode-se dizer que houve o rompimento com o caráter acadêmico por excelência ao se tratar dos usos dos tecidos urbanos:

Finalmente, o grande projeto de democratização do saber, herdado das Luzes e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa, está na origem da expansão talvez mais significativa, a do público dos monumentos históricos. (p. 210)

Dessa forma, os monumentos passam a ter dupla função - entretenimento e saber - e o foco ultrapassa a pedra e cal para se dirigir aos indivíduos. Harvey também identifica esses mesmos pontos, afirmando que as "formas urbanas dispersas, descentralizadas e desconcentradas" são fruto das identidades individuais que se modificaram. A arquitetura é considerada uma "forma de comunicação" e a cidade, um "discurso". A luz, o som, a conservação, a própria modernização, a conversão do patrimônio em valor monetário, as novas formas de acesso e a reutilização dos espaços são ações que têm sua centralidade no indivíduo e não no monumento necessariamente.

Tanto Choay quanto Harvey têm uma forma crítica de visualizar esses elementos. A primeira, por exemplo, os vê de modo um tanto pessimista, como uma desistência de utilizar os monumentos em sua forma pura, poderia-se dizer, como se modernizar fosse implantar um elemento estranho ao monumento histórico, como se reutilizar o espaço fosse uma forma de acabar com sua memória.

Ora, vê-se que em vários locais do mundo a reutilização do espaço não solapa sua memória, mas pode também ajudar a sua recuperação. Alguns museus e centros culturais da cidade do Rio de Janeiro mantêm suas estruturas arquitetônicas originais, como bancos da época do início da república, por exemplo, mas as utilizam para organizar diversas exposições que não condizem com um só grupo cultural nem com determinada época. Além dessa utilização, também mantêm um espaço cativo para contar a história do próprio local, da instituição ou do próprio país.

Harvey também reconhece esse caráter de efemeridade pós-moderna, mas também reconhece que a ruptura com a ordem precedente não leva a uma desvalorização da malha urbana,

justamente porque, reconhece o estudioso, a efemeridade é uma marca contemporânea. Cita, assim, a "estética da diversidade" como ponto fundamental ao se pensar o tratamento atual para os usos da malha urbana:

Ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos infundidos de efemeridade e de caos são, talvez, os temas que dominam as atuais práticas de arquitetura e do projeto urbano. (p. 96)

A questão será não mais perguntar “o que é”, mas em que condições acontecem, quem produz as subjetividades que refletem novas maneiras de utilizar o espaço urbano por diferentes grupos sócio-culturais. É claro que esse não é um movimento relâmpago, que acaba com as referências sociais. É um movimento contínuo que vai tomando forma pelos novos grupos que ganham seus espaços com a difusão de seus saberes: a construção cabocla ribeirinha no Amazonas, o conjunto paisagístico de Cabo Frio, engenhos de cachaça de rapadura na Paraíba, a estrada de ferro Vitória a Minas, a Vila Histórica de Mambucaba e muitos outros exemplos³ de como os usos desses locais vão estruturando e modificando as paisagens e são o espelho de como os grupos sociais se organizam e que, mesmo sendo construídos em uma época anterior e considerados zonas rurais, hoje dialogam com os espaços urbanos e têm cada vez mais usos.

Outro exemplo é como os grafiteiros utilizam a malha urbana no Brasil hoje, que são fruto de um movimento social que antecede o próprio uso do espaço como protesto. Ao sair da cabeça e tomar forma pelas mãos do grafiteiro, além do surgimento de novos talentos e construção de novas realidades, são formas de “expandir as dimensões da sua percepção da cidade”. As tags, “assinaturas que carregam a memória e a expressão de cada sujeito”⁴, contam histórias que entretêm, protestam e alertam:

Transformo a rua. Pego um beco fora de casa ou nas favelas do bairro. Pinta muito em comunidade. Chega na favela, você pinta um trem todo bonito, colorido. Para o morador que passa ali, vê todo dia aquela coisa feia, amarronzada e, de repente, do dia para outro, tem alguém sorrindo pra ele, as cores estourando[...] (Depoimento de Ota)⁵

Essa produção de sentidos produz novos problemas. Problemas não no sentido ordinário da palavra, como passagem de um estado negativo de ignorância para um positivo de conhecimento, mas de tornar os problemas contemporâneos referências metodológicas que acompanham determinado processo – no nosso caso, de uso da cidade. Os desejos contemporâneos inventam novas tradições, fazem surgir novos habitus que serão mediados por novos grupos e que permitirão que cada vez mais grupos sejam os produtores e guardiões de suas memórias. Como essas leis de patrimônio serão encaradas na pós-modernidade? Agora que a interação com a cidade a transforma em patrimônio de todos, mas que possibilita usos distintos, pode-se ainda falar em valor nacional? Que perfil os profissionais que lidam com a questão do patrimônio cultural precisarão ter?

3. A importância de um novo olhar sobre a malha urbana e o patrimônio no Brasil

³ Tais exemplos foram conhecidos pela pesquisadora através das pesquisas realizadas por arquitetos no período de 2007 a 2009. Tal contato se deve ao Programa de Especialização em Patrimônio, cursado no período citado, em que os bolsistas pesquisavam e refletiam sobre as práticas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan.

⁴ Citações da introdução feita por Kátia Menezes ao livro “Por trás dos muros – horizontes sociais do graffiti”, organizado por Graziela Bedoin e Kátia Menezes, em 2008, página 17.

⁵ Depoimento do livro “Por trás dos muros – horizontes sociais do graffiti”, organizado por Graziela Bedoin e Kátia Menezes, em 2008, página 45.

Cecília Londres baseia-se no valor simbólico no qual as políticas de preservação atuam no Brasil. Mas podemos entender que a atuação de todo profissional que lida com os diversos aspectos da malha urbana – sejam eles físico, histórico ou simbólico, deve ter por objetivo “reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos”, como exemplifica a própria autora.

Tendo em vista essa argumentação, Londres coloca que os intelectuais estiveram, de maneira direta ou indireta, atuando como “mediadores simbólicos”. Se analisarmos esse papel dos intelectuais em conjunto com o objetivo de toda a atribuição de valores simbólicos atribuídos ao uso das cidades pelas pessoas, veremos que a atuação desses estudiosos se fez valer através de sua ligação com a sociedade – atribuir determinados valores subjetivos, em termos estéticos e nacionais como universais, atribuídos, sobretudo, pelos referenciais deste grupo. Esses intelectuais eram, sobretudo, pessoas influentes em seu tempo, de modo que o binômio cultura-política se tornava uma só vertente. Essa tensão presente na atuação passa a ser o fio condutor a políticas de caráter elitista e excludente, de certa forma. Cecília Londres esclarece essa atuação dúbia:

Em geral, as políticas de preservação são conduzidas por intelectuais de perfil tradicional (historiadores, artistas, arquitetos, escritores etc.) que se propõem a atuar no Estado em nome do interesse público, na defesa da cultura, identificada aos valores das camadas públicas. Ao protegerem a cultura desses grupos, convertida em valor universal, não teriam dificuldade em conciliar, sem maiores conflitos, sua identidade de intelectuais e de homens públicos (p 13)

Essa atuação foi reinante até a década de 1970, sobretudo no período de regime militar. Contudo, nas décadas que se seguiram, novos profissionais foram surgindo e a visão acerca de patrimônio e do valor simbólico atribuído à malha urbana foi sendo modificada, evoluindo ao que Cecília identifica ser uma “modernização da noção de patrimônio”. Ao mesmo tempo que essa patrimonialização moderna dos bens foi tomando conta das práticas de preservação, foi também havendo a crescente politização das mesmas: os agentes institucionais agora se tornariam também os mediadores entre a sociedade e as políticas preservacionistas, na defesa de grupos sociais marginalizados. Essa nova visão fez surgir duas linhas atuantes, que Londres identifica como a de “pedra e cal” e a de “referência cultural”. No que tange à cidade em geral, podemos afirmar que os profissionais que atuam sobre ela devem também ser mediadores entre a academia e a sociedade. Educar a sociedade para um uso saudável do espaço, mas também ser educado por essa multiplicidade de usos.

Cecília nos lembra que é necessário mudar o pilar de percepção do que abrange uma política de preservação: o patrimônio não deve ser “pesado” nem “mudo”. Deve-se constituir, sobretudo, de reconhecimento da pluralidade que envolve a proteção dos bens: criticar o universo do patrimônio, quais os critérios levados em conta na proteção desses bens, quem está envolvido nesse processo, inserir a sociedade nessas políticas. O mesmo podemos dizer que ocorre com a maneira de encarar os variados usos que grupos culturais distintos dão à cidade.

Tratar a cidade como documento, como objeto de estudo. O que determina o documento enquanto monumento é a abordagem crítica que deve estar presente em qualquer análise historiográfica, já que a cada fabricação desses documentos há toda uma intencionalidade presente em cada sociedade, em cada época. A tarefa do arquiteto, historiador ou de qualquer outro profissional que aborde a questão do uso da malha urbana deve ser a de usá-lo cientificamente; assim, torna-se monumento a partir do momento que permite a memória ser

coletivizada. No caminho inverso, monumento torna-se documento na premissa de usá-lo como auxílio no traçado da história de uma determinada nacionalidade, de uma história coletiva, como identifica Le Goff: “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” (2003, p 525).

Cabe aqui concordar com Cecília quando a mesma reconhece a “distância entre as tradições culturais, as diferentes identidades coletivas, entre a pluralidade cultural da nação e a memória nacional construída pelo Estado”. A proteção do patrimônio ou a atribuição de valor às mais variadas edificações passam pelo discurso e, por detrás dele está toda uma intencionalidade. Ler nas entrelinhas esse discurso e ir além do físico é reconhecer que o papel do técnico não é só restaurar e nem se fazer de árbitro: é promover a discussão, reconhecer os diferentes atores nesse enredo e difundir os conhecimentos.

4 Referências Bibliográficas

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: *O que é memória social?* RJ: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, pp 11 – 26.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: *O que é memória social?* RJ: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, pp 43 – 54.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: *O que é memória social?* RJ: Contra Capa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, pp 55 – 72.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: EdUNESP, 2001, 281 p.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2003, 349 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

BENDOIN, Graziela e MENEZES, Kátia (Orgs). *Por trás dos muros – horizontes sociais do graffiti*. São Paulo: Petrópolis, 2008.

MANCO, Tristan. *Graffiti Brasil*. New York: Thames & Hudson, 2005.